



Gestão Participativa

Proposta de Metas Nacionais 2027



Encontro Participativo



OBJETIVO

**Apresentação e discussão sobre a
Proposta Inicial de Metas
(PIME) do Poder Judiciário
Nacional para 2027.**

Metas Nacionais e Estratégia



Resolução Nº 325 de 29/06/2020
Estratégia Nacional 2021-2026

Art. 6º A execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade de ministros, conselheiros, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

Art. 11. O monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional dar-se-ão por meio dos seguintes instrumentos, sem prejuízo de outros:
II – análise dos resultados das Metas Nacionais do segmento de justiça;

Metas Nacionais e Estratégia



Art. 12, § 2º As Metas Nacionais poderão ser de **natureza processual** ou de **gestão administrativa**.

Art. 12, § 3º Os dados relativos às Metas Nacionais de natureza processual serão extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – Datajud.

Art. 13. As Metas Nacionais 1 e 2, que visam, respectivamente, à prevenção de formação de estoque e à redução de passivo processual, comporão obrigatoriamente a Estratégia Nacional.

Metas Nacionais e Estratégia



Art. 13. As Metas Nacionais 1 e 2, que visam, respectivamente, à prevenção de formação de estoque e à redução de passivo processual, comporão obrigatoriamente a Estratégia Nacional.

Parágrafo único. O glossário poderá ser atualizado, sempre que houver necessidade, pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, após parecer técnico do DGE.

Art. 17. Encontros Nacionais:
§ 3º Serão precedidos de reuniões preparatórias - participação do juiz gestor de metas e dos responsáveis pelas unidades de gestão estratégica dos órgãos do Poder Judiciário.

Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário



A Resolução CNJ nº 692, de 2 de julho de 2026, que institui a nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário, já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, orientando o planejamento estratégico e as ações do Judiciário para o próximo ciclo.

Macrodesafios para a Estratégia 2027 - 2032

- 1 GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS
- 2 FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
- 3 AGILIDADE, EFETIVIDADE E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- 4 ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS
- 5 PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÕES DE CONFLITOS
- 6 CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
- 7 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL
- 8 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
- 9 APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO
- 10 APERFEIÇOAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO
- 11 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS
- 12 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
- 13 DESENVOLVIMENTO ÉTICO DE SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Macrodesafios para a Estratégia 2027 - 2032

- 1 GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS
- 2 FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
- 3 AGILIDADE, EFETIVIDADE E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- 4 ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS
- 5 PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÕES DE CONFLITOS
- 6 CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
- 7 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL
- 8 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
- 9 APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO
- 10 APERFEIÇOAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO
- 11 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS
- 12 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
- 13 DESENVOLVIMENTO ÉTICO DE SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Fluxo de Construção das Metas Nacionais de 2027



Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026

Meta
Julgar mais processos que os distribuídos

1

Meta
Julgar processos mais antigos

2

Meta
Estimular Conciliação

3

Meta
Priorizar o julgamento de processos relativos aos crimes contra a Adm. Pública

4

Meta
Reduzir a taxa de congestionamento

5

6

Meta
Priorizar o julgamento das ações ambientais

7

Meta
Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas

8

Meta
Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

9

Meta
Estimular a inovação no Poder Judiciário (TST, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho)

10

Meta
Promover os direitos da criança e do adolescente

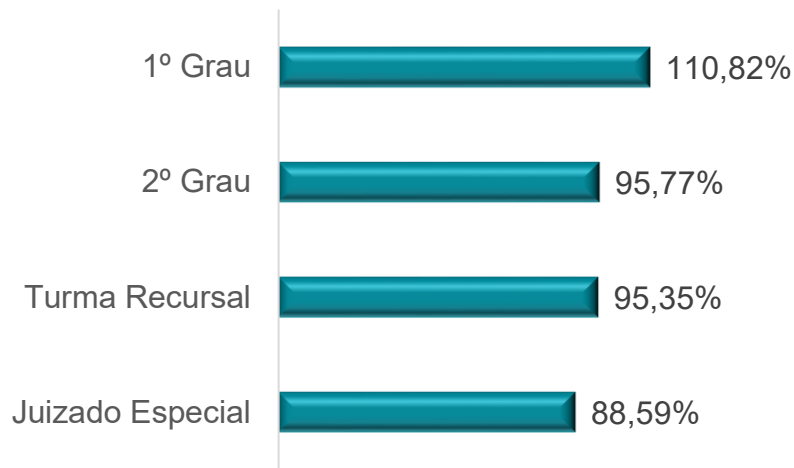


Resultados Parciais do TJBA nas Metas do Poder Judiciário de 2026

Meta 1

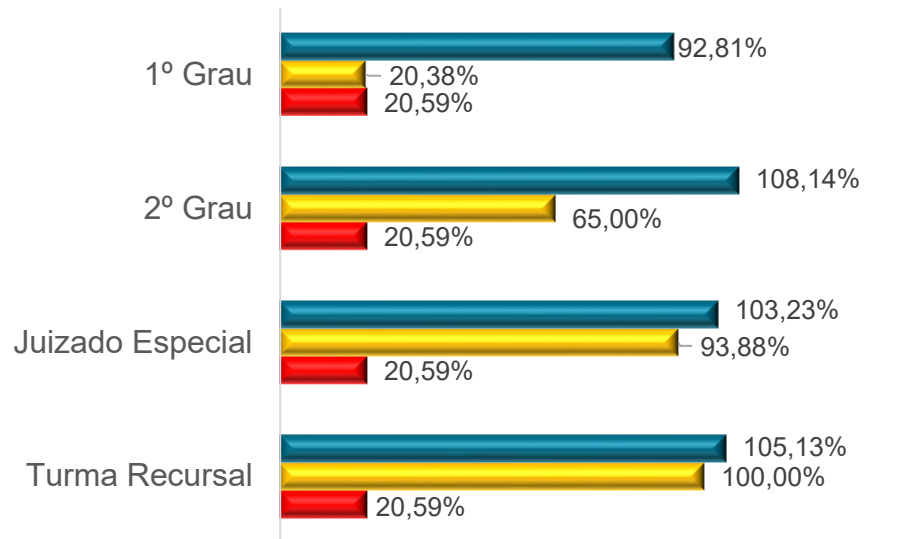


Meta 2



■ Cumprimento da Meta 1

Cumprimento total : 100,9%



■ Cumprimento por Grau ■ Mais Antigos ■ Cumprimento Total

Resultados Parciais do TJBA nas Metas do Poder Judiciário de 2026

Meta 3



Meta 4

1º Grau

82,26%

Juizado Especial

76,20%

■ Juizado Especial ■ 1º Grau

Cumprimento total : 80,25%

1º Grau

119,22%

2º Grau

152,72%

Juizado Especial

150,75%

Turma Recursal

153,85%

■ Cumprimento Meta 4 ■ Improb. Administrativa

58,31%

58,31%

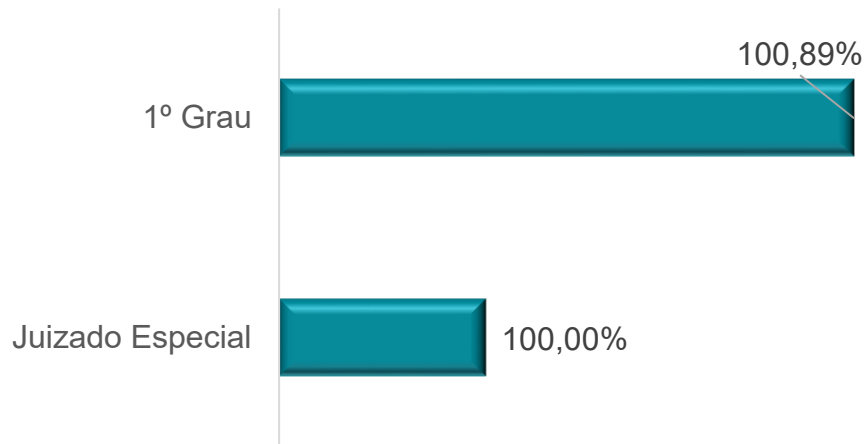
98,72%

100,00%

100,00%

Resultados Parciais do TJBA nas Metas do Poder Judiciário de 2026

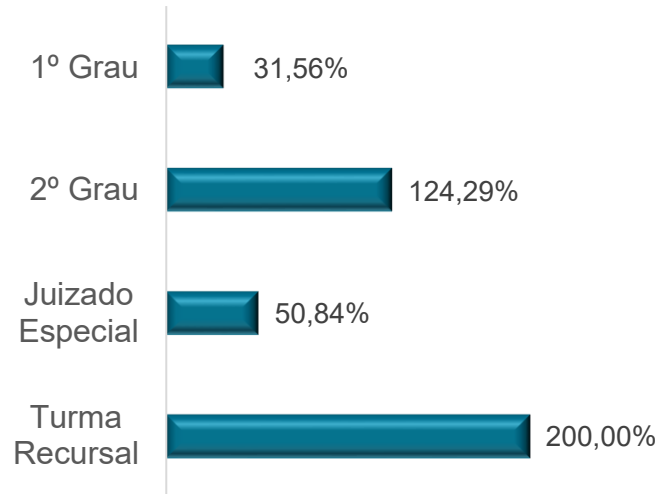
Meta 5



■ Cumprimento da Meta 5

Cumprimento total : 100,59%

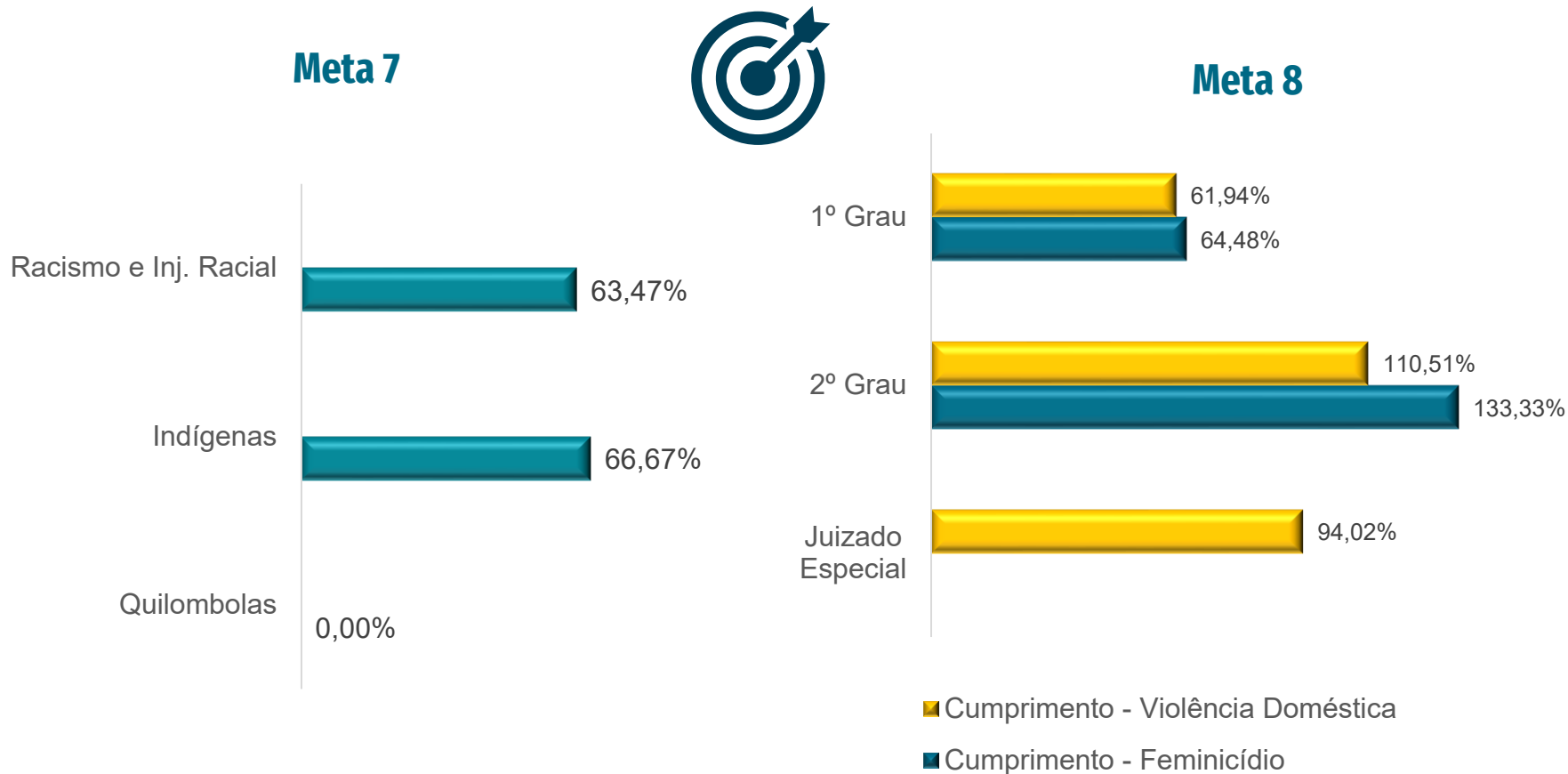
Meta 6



■ Cumprimento Meta 6

Cumprimento total : 38,92%

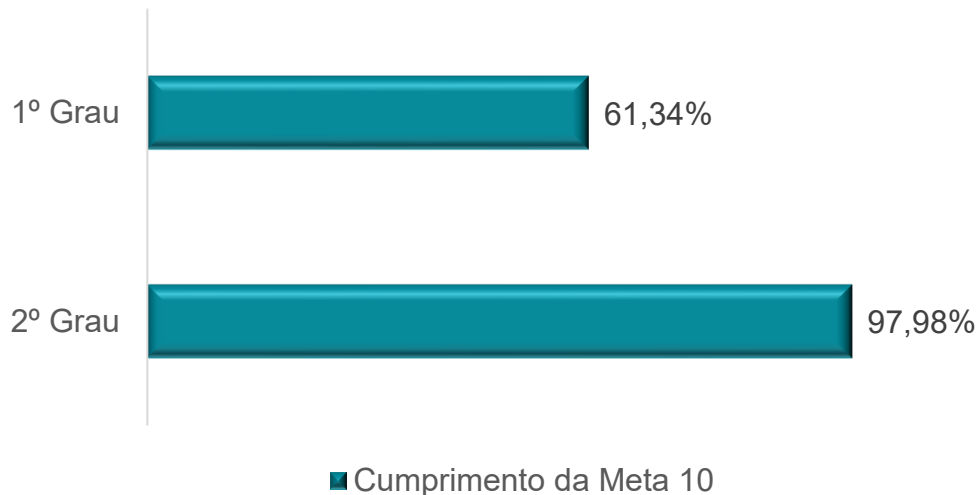
Resultados Parciais do TJBA nas Metas do Poder Judiciário de 2026



Resultados Parciais do TJBA nas Metas do Poder Judiciário de 2026



Meta 10



Consulta Pública

- 📅 Realizada no período de 09 de junho a 07 de julho de 2026;
- 👥 Teve como objetivo coletar a percepção e as contribuições dos públicos interno e externo;
- 🗣️ Buscou promover a participação das partes interessadas por meio de um processo de escuta ativa;
- 📊 As informações obtidas servirão de subsídio para análises, decisões e aprimoramento das ações institucionais;
- 📈 A pesquisa finalizou com 237 respostas, sendo 203 de público interno e 34 de público externo.



Qual tema atualmente não recebe atenção suficiente nas metas nacionais?

#	Tema agrupado	Nº de respostas	%
1	Gestão de pessoas (servidores, capacitação, valorização)	21	13,1%
2	Celeridade / morosidade processual	15	9,4%
3	Execução (penal, fiscal, sentença, precatórios)	10	6,3%
4	Idosos	9	5,6%
5	Metas do CNJ / gestão de metas	8	5,0%
6	Tribunal do Júri / crimes contra a vida	8	5,0%
7	Alimentos / família	6	3,8%
8	Tráfico / drogas / criminalidade	6	3,8%
9	Saúde mental / bem-estar	5	3,1%
10	Infância e Juventude	5	3,1%
11	Qualidade de magistrados / juízes	5	3,1%
12	Acesso à justiça / vulneráveis	5	3,1%
13	Violência contra a mulher	4	2,5%
14	Litigância / demandas repetitivas / abusivas	4	2,5%
15	Interior / unidades / estrutura	2	1,3%
16	Sistemas / tecnologia / integração	2	1,3%
17	Não soube responder	20	12,5%
18	Outros	25	15,6%

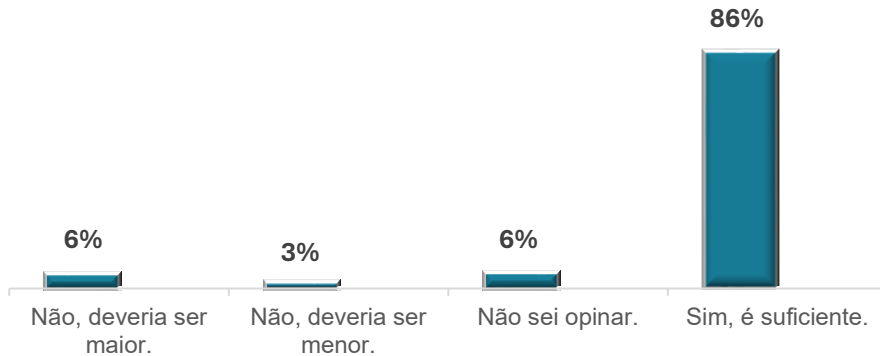
Propostas para as Metas Nacionais de 2027

- **Incremento da Meta 10** – Infância e Juventude, com foco no aperfeiçoamento do acompanhamento e da gestão dos processos relacionados aos **crimes praticados contra crianças e adolescentes**, visando maior efetividade da prestação jurisdicional.
- **Criação da Meta 11** – Tribunal do Júri, destinada ao monitoramento e ao estímulo da tramitação e do julgamento dos processos de competência do Júri, contribuindo para maior eficiência na gestão processual.

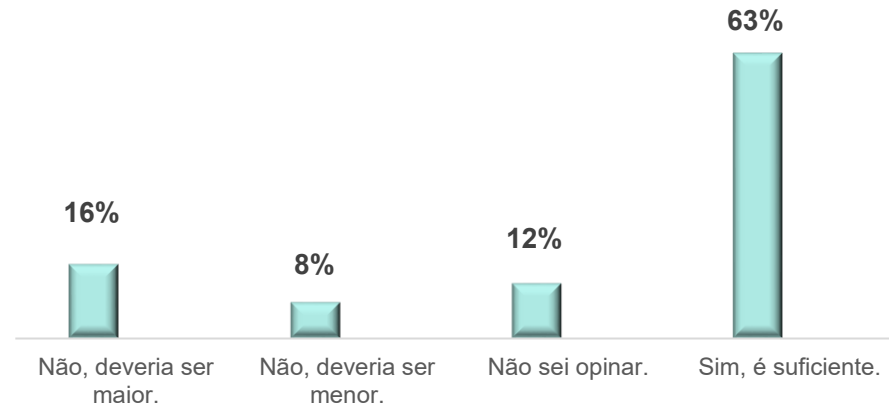
Consulta Pública

Proposta % Meta 10

A Meta 10 prevê julgar, 90% no 1º grau e 99% no 2º grau, os processos de competência da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional. Na sua percepção, esses percentuais são adequados?

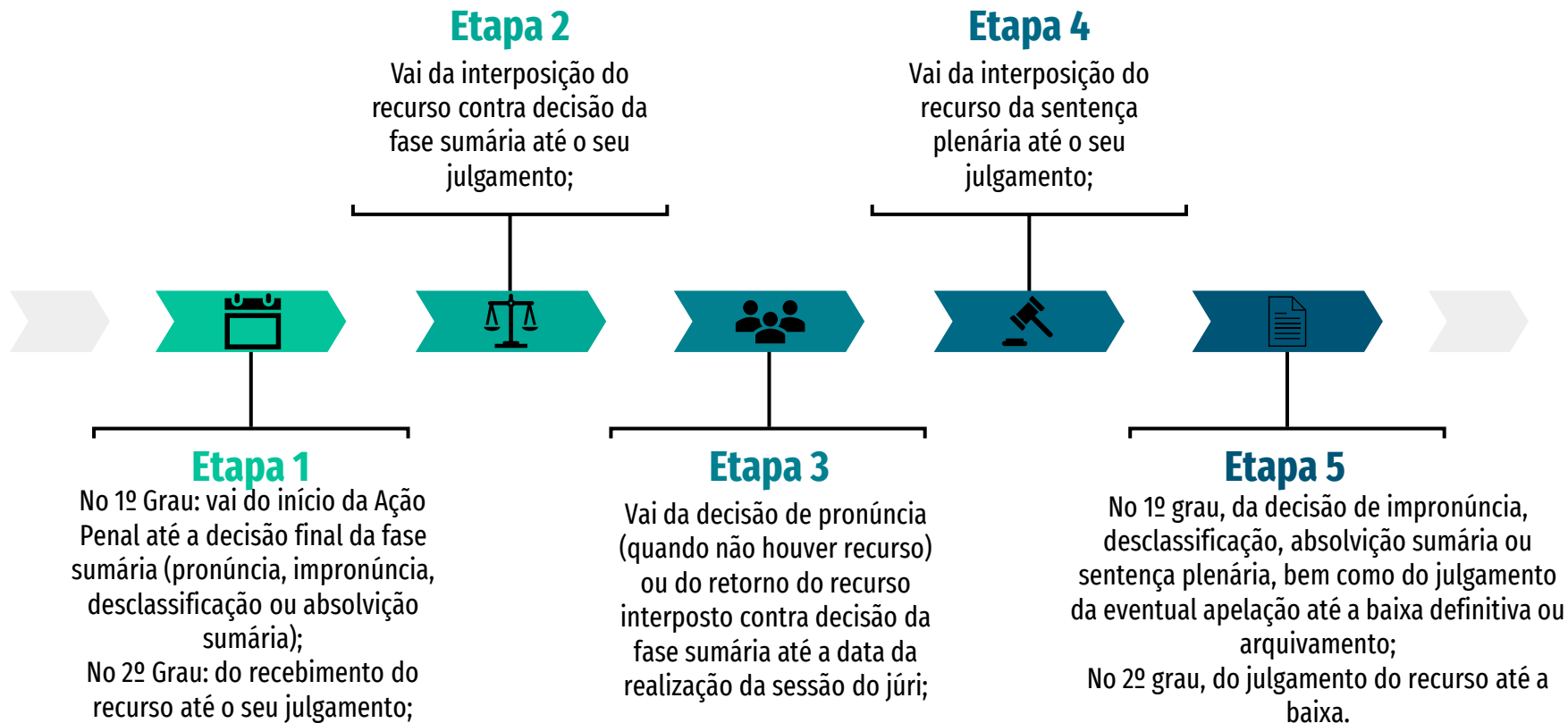


Com a proposta de inclusão dos crimes contra crianças e adolescentes na Meta 10, na sua percepção o percentual previsto para a Meta ainda permanece adequado?



Proposta de nova Meta 11 - Júri

Tribunal do Júri – Fluxo Processual em 5 Etapas (CNJ)



Dados que afetam a proposta da Meta 11



Dados sobre o Tempo Médio dos Processos Pendentes na Etapa 1 do Tribunal do Júri:

- **Média geral nacional: 2.283 dias;**
- **Média dos TJs de Grande Porte: 2.086 dias;**
- **Melhor desempenho identificado: TJPR – 1.154 dias;**
- **Desempenho do TJBA – 2.906 dias.**

Dados sobre o Tempo Médio Total de Tramitação dos Processos do Tribunal do Júri

- **Média geral nacional: 4.608 dias;**
- **Média dos TJs de Grande Porte: 4.472 dias;**
- **Melhor desempenho identificado: TJPR – 2.878 dias;**
- **Desempenho do TJBA : 5.007 dias.**

Quantidade nacional de referência de processos pendentes

- **43.137 processos pendentes** entre 6 e 10 anos de tramitação. (Mapa Nacional do Tribunal do Júri)



Proposta de nova Meta 11 - Júri

Sugestão de Meta A - Redução do Tempo de Tramitação da Etapa 1 do Tribunal do Júri

Meta Proposta

Reduzir em 10% o tempo médio de tramitação da Etapa 1 dos processos do Tribunal do Júri.

Justificativa

Os dados demonstram significativa disparidade de desempenho entre os tribunais de grande porte na Etapa 1 do Tribunal do Júri.

Os dados demonstram significativa **disparidade** de desempenho entre os tribunais de grande porte na Etapa 1 do Tribunal do Júri

Sugestão de Meta B - Redução do Tempo Médio Total de Tramitação dos Processos do Tribunal do Júri

Meta Proposta

Reduzir em 5% o tempo médio total de tramitação dos processos do Tribunal do Júri pendentes, considerando todas as etapas processuais.

Justificativa

Os dados demonstram **elevada assimetria** entre os tribunais de grande porte quanto ao tempo médio total de tramitação dos processos do Tribunal do Júri, indicando potencial concreto de redução progressiva do tempo médio nacional. O TJBA **ampliou** em aproximadamente **24,5%** o número de julgamentos do Tribunal do Júri entre 2024 e 2025. Assim, se um tribunal de grande porte conseguiu elevar sua capacidade de julgamento nesse patamar em apenas um ano, **há evidência empírica** de viabilidade operacional para metas nacionais de redução progressiva do tempo de tramitação e enfrentamento do acervo do Tribunal do Júri.

Sugestão de Meta C — Reduzir o acervo de 10 anos em 25%

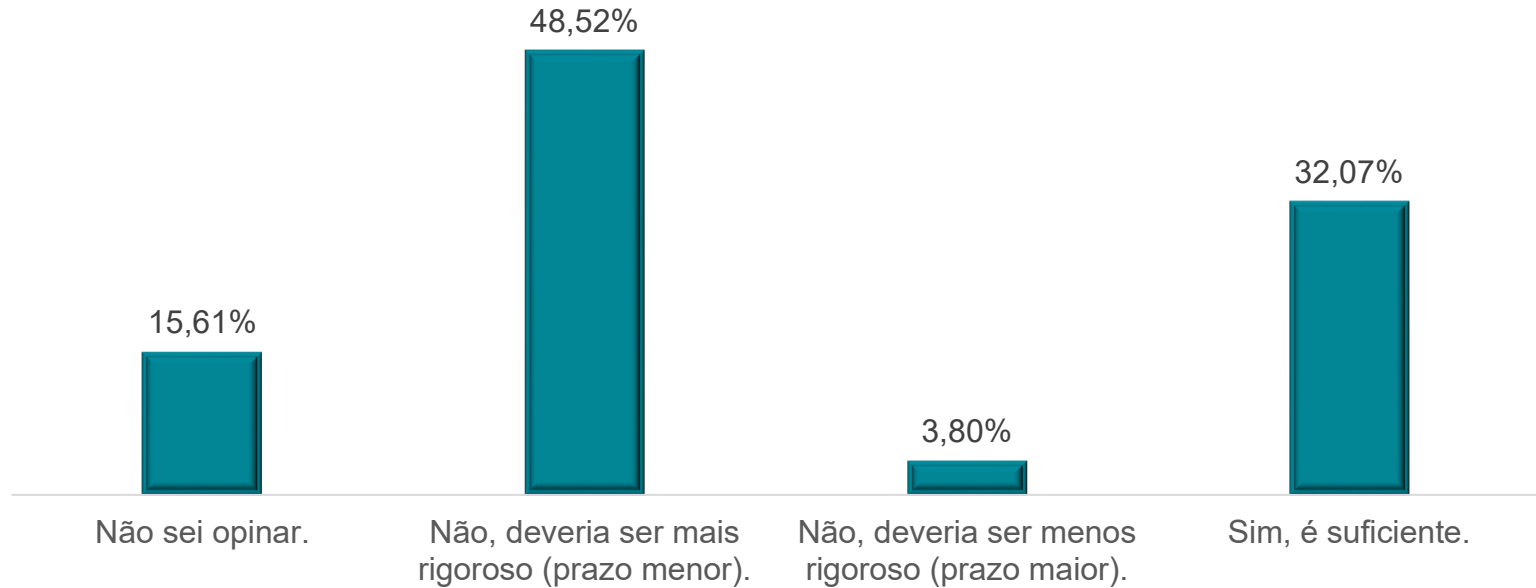
Meta Proposta

Identificar e julgar, até 31/12/2027, pelo menos 25% dos processos do Tribunal do Júri com tempo de tramitação maior que 10 anos, contados da data de distribuição, pendentes em qualquer etapa processual.

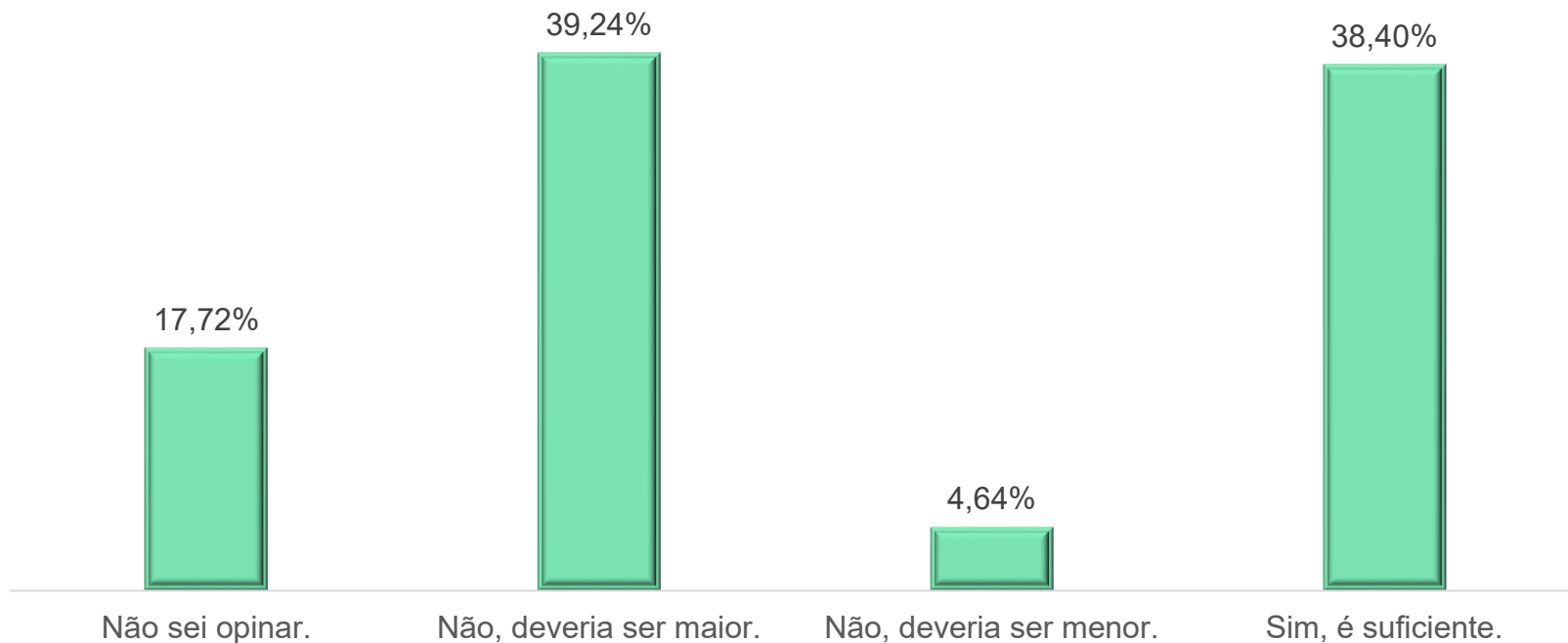
Justificativa

A presente meta busca **reduzir o estoque antigo** de processos do Tribunal do Júri atualmente não contemplado de forma específica pelas Metas Nacionais, funcionando como mecanismo combate ao acervo crítico de longa duração.

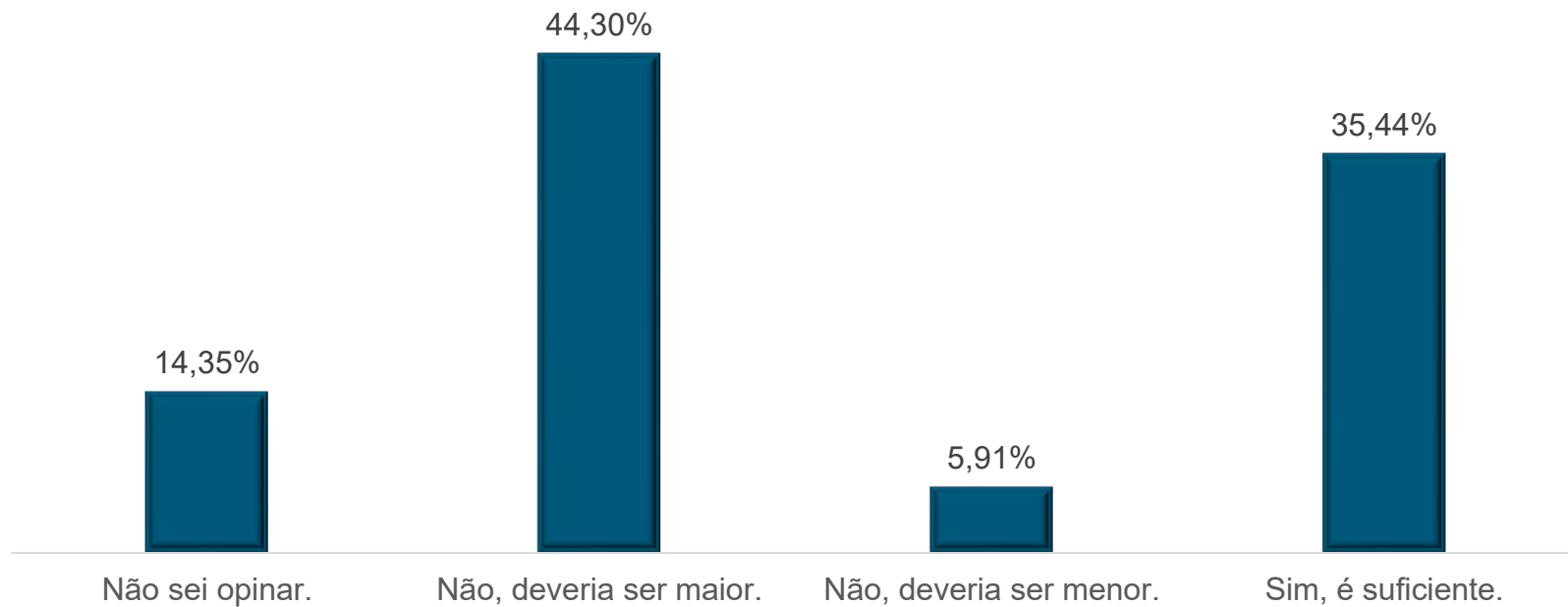
Proposta 1 - Prevê que os processos da Etapa 1
Tribunal do Júri não ultrapasse 1.000 dias.



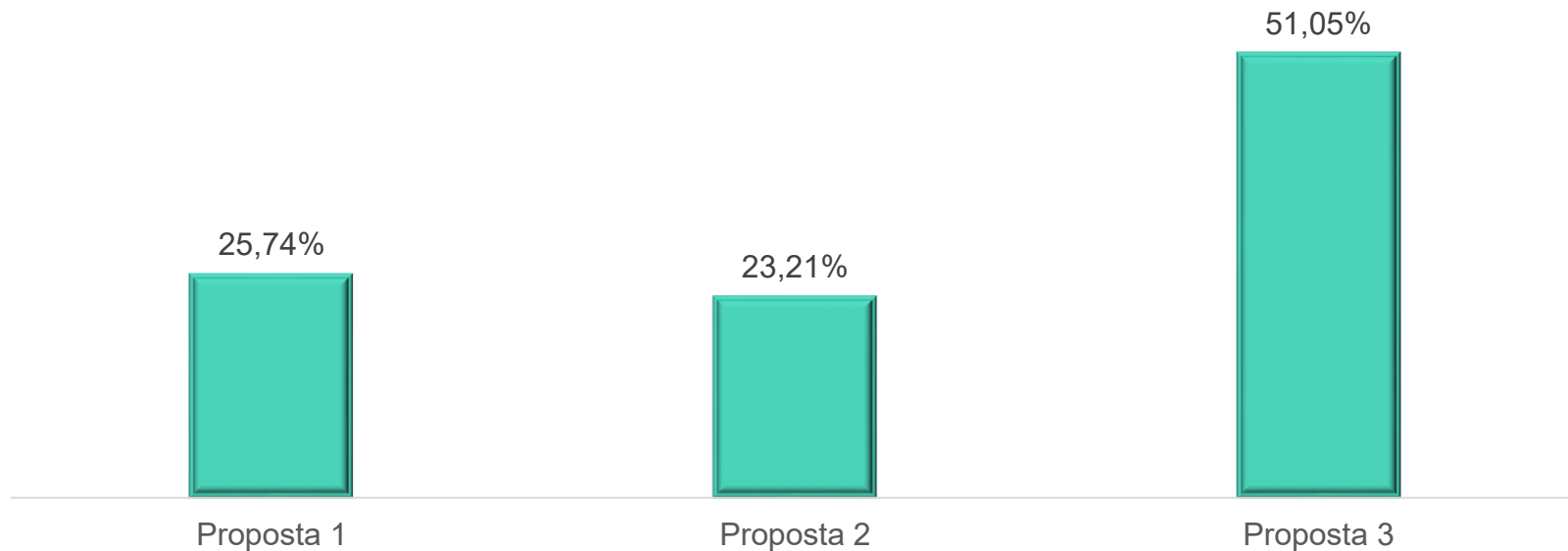
Proposta 2 - prevê reduzir em 15% o tempo médio total de tramitação dos processos pendentes do Tribunal do Júri



Proposta 3 - identificar e julgar, até 31/12/2027, pelo menos 25% dos processos do Tribunal do Júri com tempo de tramitação maior que 10 anos



Entre as propostas apresentadas para a Meta do Tribunal do Júri em 2027, qual você considera mais adequada?

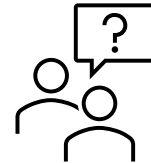


Proposta 3 - Justiça Estadual: Identificar e julgar, até 31/12/2027, pelo menos 25% dos processos do Tribunal do Júri com tempo de tramitação maior que 10 anos, contados da data de distribuição, pendentes em qualquer etapa processual.

Proposta Inicial de Metas 2027



Dúvidas?





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

Agradecemos a atenção!

AEP II
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
- INSTITUCIONAL -

SEP
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS